

# OBEDECER E INSURGIR: AS RAÍZES E AS ASAS DA (DES) OBEDIÊNCIA POLÍTICA

OBEDECER Y RESISTIR: LAS RAÍCES Y ALAS DE LA (DES) OBEDIENCIA POLÍTICA

OBEY AND INSURGE: THE ROOTS AND WINGS OF POLITICAL (DE) OBEDIENCE

**Vanice Sargentini\***

Universidade Federal de São Carlos / Universidade Federal da Paraíba

*Por hora gostaria apenas de entender como pode ser que tantos homens, tantos burgos, tantas cidades, tantas nações suportam às vezes um tirano só, que tem apenas o poderio que eles lhe dão, que não têm o poder de prejudicá-los senão enquanto têm vontade de suportá-lo; que não poderia fazer-lhes mal algum senão quando preferem tolerá-lo a contradizê-lo.*

Étienne de La Boétie<sup>1</sup>

As insurgências e as contracondutas, seguidas das formas de controle, marcaram atitudes e ações ao longo dos séculos e estão materializadas nos discursos em diversos campos como, por exemplo, no campo religioso, no político, no midiático, entre outros. As discussões sobre as raízes da obediência política e sobre os modos de rebelar-se, resistir, fazer dissidência podem ser encontradas em autores do campo filosófico, como, por exemplo, em Frédéric Gros (2018), que aborda o texto mitológico sobre a Antígona, resgata o precioso texto escrito por Étienne de la Boétie sobre a servidão voluntária, evoca as resistentes caminhadas de Henry Thoreau, expõe e analisa o polêmico caso Eichmann no século XX. São, enfim, acontecimentos que suscitam a problemática da obediência e suas resistências ao longo dos séculos, conduzindo à problemática da legitimidade da desobediência nas sociedades democráticas. Propusemos, para esse dossiê, teoricamente situado nos estudos do discurso, a investigação, a discussão e a análise de formas de obediência e de insurgência na sociedade democrática, de forma a identificar regularidades, estratégias, dispositivos, temas e figuras que dão sustentação às formas de obedecer e de resistir. Convidamos pesquisadores da área da linguística e da

---

\* Profa. Dra. da Universidade Federal de São Carlos (Sênior) e da Universidade Federal da Paraíba (Visitante). E-mail: [sargentini@uol.com.br](mailto:sargentini@uol.com.br).

<sup>1</sup> La Boétie, (1999, p. 12).

filosofia com interesse na discussão da (des)obediência, atribuindo-lhes a liberdade para abordar o tema em diferentes perspectivas e distintos objetos. Nesta apresentação desenvolveremos um percurso teórico para compreensão e problematização da (des)obediência e posteriormente uma breve apresentação dos artigos, ensaio e resenha que compõem este dossiê.

## 1 O DESEJO DE OBEDIÊNCIA NÃO É NOVO: A SERVIDÃO VOLUNTÁRIA [CONTR'UM], SÉCULO XVI

La Boétie<sup>2</sup> pergunta-se que vício é esse ao qual as pessoas são levadas não a obedecer, mas a servir; não a serem governadas, mas a aceitarem ser tiranizadas. A razão disso seria covardia, desprezo ou desdém? Para La Boétie, a covardia não poderia ir tão longe, de modo a que milhares, em todos os cantos aceitassem a submissão. Ele insiste em tentar compreender a manutenção de um desejo teimoso de servir, que foi levando os governados a aceitar o amor à liberdade como pouco natural. A servidão voluntária é uma expressão paradoxal em si mesma, criada pelo autor para problematizar o que ele via no período monarca, em sociedades em que seus cidadãos se dispunham a servir ao tirano, sem se perguntarem se poderiam ou se preferiam ter a liberdade. É tão inaceitável, que o autor diz de forma indignada: “Que monstro de vício é este que ainda não merece o título de covardia, que não encontra um nome feio o bastante, que a natureza nega ter feito, e que a língua se recusa nomear?” (LA BOÉTIE, 1999, p. 13).

Em um exercício ficcional, o filósofo, que viveu no século XVI (1530-1563), questiona-se: caso existisse um povo que fosse completamente novo, que desconhecesse a submissão e tampouco não soubesse o que é a liberdade, que sequer atribuísse significado a essas palavras, será que esse povo preferiria obedecer à razão ou servir a um homem? A ele parece não haver dúvida quanto à recusa da submissão, entretanto, toda sua inquietação se mantém, porque lhe é incompreensível o desejo de servilismo que ele vê no comportamento da sociedade no século XVI.

Para La Boétie, a primeira razão da servidão voluntária é o hábito: os costumes absorvidos nas sociedades que passaram pelo processo civilizatório, o conforto de se proteger na expressão ‘sempre foi assim’ e a ausência de uma ânsia que se perguntasse se poderia ser diferente. O hábito conforma e faz parecer natural tudo o que vem da educação e dos costumes. E essa razão perpassa séculos; nos anos de 1970, Foucault (2008) volta a problematizar o processo de normalização, desvelando que o normal, não necessariamente é o natural.

Uma segunda razão é a rede de apoio que dá braços e olhos àquele a quem se presta o servilismo. O jugo produz-se em esferas nas quais uns submetem os outros e a metáfora alçada pelo filósofo de que ‘a lenha é rachada com cunhas feitas da mesma lenha’, expõe o quanto há uma rede que sustenta a obediência servil.

E certamente, o peso do jugo não é aceito por todos, alguns insurgem, ou tentam fazê-lo, muitas vezes sem sucesso, porque se deparam com estratégias forjados para abater os resistentes ou somente desestimulá-los. La Boétie relata que uma estratégia dos tiranos é humilhar os súditos, fazendo-lhes crer frágeis (emprega-se na tradução os termos ‘efeminados’ ou mulherzinha, para referir-se à fraqueza daqueles que ousam levantar-se contra o monarca, o que nos faz lembrar de tiranos do século XXI, que chamam de ‘maricas’ aqueles que se lhes opõem). Há ainda outras estratégias, dóceis por sua vez. O exemplo nos é dado por La Boétie. A cidade de Sarde, capital da Lídia, invadida por Ciro, o Grande, fez saber que seus moradores se insurgiam. Sem querer destruir a bela cidade, Ciro fundou nela “bordéis, tabernas e jogos públicos e proclamou uma ordenação que os habitantes tiveram que acatar. Ficou tão satisfeito com a tal guarnição que desde então nunca mais foi preciso puxar da espada contra os lídios” (LA BOÉTIE, 1999, p. 27). Levados à distração, ao exercício lúdico (“de tal modo que os Latinos tiraram daí sua palavra, e o que chamamos passatempo, eles chamam Ludi, como se quisessem dizer Lidi” (LA BOÉTIE, 1999, p. 27), os que se levantariam em resistência foram ‘ludibriados’.

O que um texto do século XVI tem de tão atual que possa continuar a iluminar as reflexões sobre a obediência na sociedade contemporânea? Sua atualidade vem exatamente de sua provocação, de sua indignação com o servilismo, com a subserviência que

<sup>2</sup> Texto de Étienne de La Boétie, publicado inicialmente sob o título *Contr'um* e reimpresso em 1835 – com o título de *Servidão voluntária*. Edição brasileira denominada *Discurso da Servidão Voluntária*.

mantém um tirano no poder. Neste caso, não são os mais numerosos que garantem a liberdade, pelo contrário, a maioria “[...] é silenciosa, é sobretudo porque para ela é difícil encontrar uma única voz, é silenciosa porque imediatamente cacofônica” (GROS, 2018, p. 51). Assim, de forma paradoxal, o que sustenta a tirania é sua estrutura democrática, uma vez que o poder atribuído aos cidadãos retorna ao tirano, dada a subserviência.

A chave da liberdade não estaria, portanto, na luta contra o tirano, ou contra as forças bélicas, ou ainda contra um poder constituído, mas estaria na luta contra a obediência excessiva, a superobediência, a obediência irrefletida. A liberdade residiria, assim, numa disposição para obedecer a si mesmo, fundada em uma disposição ética. La Boétie inicia o texto, dizendo que bastaria nada fazer pelo monarca, não servi-lo já seria suficiente para não sustentá-lo. São essas inquietações que nos provocam ainda no século XXI. Outros pensadores fizeram novamente emergir a problemática da obediência, de nossa parte, focalizaremos essa discussão em Kant<sup>3</sup> por meio de uma aula de Foucault.

## 2 FOUCAULT, NOS ANOS 80, VOLTA A KANT: AINDA A COVARDIA COMO SUPOSIÇÃO DA OBEDIÊNCIA?

No Curso de 1982-1983, denominado *O governo de si e dos Outros* (2010), em sua primeira aula, Michel Foucault justifica-se quanto ao caráter um tanto “descosido e disperso” que poderia vir a ter seu curso. De fato, ao final deste primeiro encontro, sua afirmação é de que a partir da segunda aula se seguiria com referenciais teóricos e documentos totalmente diferentes para abordar a problemática do governo de si e dos outros. Suas justificativas soam como se a temática desta primeira aula fosse um momento de embevecimento do curso e também um retorno que possibilitasse organizar o que fez até então (i) no eixo da formação dos saberes constituídos em práticas discursivas que nutrem as formas de veridicção; (ii) no eixo das matrizes normativas de comportamento passando da análise da norma para a análise dos exercícios de poder, da governamentalidade, (iii) e no eixo da constituição do modo de ser do sujeito, dando um destaque para uma direção que lhe permitiria chegar a uma análise histórica da pragmática de si. A segunda parte dessa aula, que ele diz apresentar não exatamente como uma digressão, mas como uma epígrafe, é dedicada ao detalhamento do texto *O que é o esclarecimento? [Was ist Aufklärung?]*, de Kant, publicado em 1784.

Recortaremos dessa aula a centralidade que Kant dá à *Aufklärung* (Esclarecimento ou Iluminismo) no que se refere à possibilidade que ela oferece de uma saída (*Ausgang*): a saída da menoridade. Quais seriam as razões que dificultam essa saída? O filósofo das Luzes indica que se deixar dirigir por outros, submeter-se à violência de uma autoridade são atitudes que se devem a uma relação que se dá na ordem do sujeito consigo mesmo, que ele vem a reconhecer como falta de autonomia consigo mesmo, registrada como preguiça ou covardia, fato que levaria à equação: “Estamos em estado de menoridade porque somos covardes e preguiçosos, e não podemos sair desse estado de menoridade, precisamente porque somos covardes e preguiçosos.” (FOUCAULT, 2010, p. 32). Uma outra razão está presente no fato de que se alguns saíram desse estado de menoridade, o que se viu é que imediatamente apossaram-se da direção dos outros, sendo assim, aquele que é acostumado ao jugo delega, então, a um outro, o comando, recusa a emancipação e então dessa vez torna-se refém daquele que prometeu libertá-lo.

Para sair desse estado de obediência e covardia, Kant problematiza dois pares. O primeiro é a obediência e ausência de raciocínio, avaliando como um exige o outro. O segundo é a distinção entre o uso público e o uso privado das faculdades, compreendendo que o uso privado corresponde ao uso profissional do conhecimento no desempenho das atividades que os seres racionais realizam como peças de uma máquina. O uso público, esse sim, poderia nos constituir como sujeitos universais, ocorrendo quando o entendimento vem a ser partilhado publicamente. Por exemplo, se dá quando um escritor dirige-se ao leitor, a divisão desse conhecimento é de uso público.

Há, portanto, uma aposta que surge nesse ponto do Curso que poderá nos mostrar se é ainda a covardia a suposição da obediência. Quando Foucault (2010) expõe que a confusão se dá quando obedecer é confundido com não raciocinar (e com isso oprime-se o

<sup>3</sup> Referimo-nos ao texto de Kant, publicado em 1784 e que possui várias traduções em português, como: KANT, Immanuel. Resposta à Pergunta: Que é “Esclarecimento” [“Aufklärung”]? In: Immanuel Kant Textos Seletos. Edição bilingue. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 100-117. KANT, I. Resposta à pergunta: O que é o Esclarecimento? Tradução de Luiz Paulo Rouanet. Brasília: Casa das Musas, 2008.

que deve ser o uso público do entendimento), compreende-se que a maioria não se faz com a obediência cega, mas com a obediência raciocinada, a obediência a si mesmo e essa se junta à expressão da liberdade do raciocínio no uso público.

Convoca-se assim, com o valor de entusiasmo que Kant atribuiu ao Iluminismo, um limite da obediência que se confronta com um princípio da autonomia. O chamamento a uma atitude crítica envolve (i) a saída do homem desse estado de menoridade do qual ele próprio é culpado, (ii) a capacidade de fazer uso de um seu próprio entendimento sem a condução dependente de outro e (iii) a saída de uma obrigação à obediência. Em resumo, Kant convoca: *Ouse saber!* (KANT *apud* FOUCAULT, 2010, p. 27), ainda que viesse, naquele momento, a deixar um germe de obediência ao Estado, comandado na ocasião pelo Rei da Prússia, para mostrar como a necessidade de obedecer se impõe na ordem da sociedade civil: “Raciocinem tanto quanto quiserem e sobre os temas que lhe agradarem, mas obedçam!” (KANT *apud* FOUCAULT, 2010, nota 22 p. 39).

### 3 FRÉDÉRIC GROS, OS ENSINAMENTOS DA DEMOCRACIA CRÍTICA E DA RESISTÊNCIA ÉTICA: O QUADRILÁTERO DA (DES)OBEDIÊNCIA

À luz de M. Foucault e das reflexões kantianas sobre a menoridade e a maioridade, Gros (2018), em um primordial estudo sobre as formas de obediência política, pergunta-se: por que obedecemos tanto? Em resposta, ele arrola os modos de obediência em suas nuances, propondo uma problematização de como elas estão presentes na sociedade, sob formas pouco limitrofes de submissão, de subordinação, de conformismo e de consentimento. A essas obediências correspondem, em espelho, seus pares: rebelião, resistência, transgressão, dissidência, enfim contracondutas, regidas por um desejo e uma capacidade de assumir, pela experiência, uma ética de si.

Os termos alçados não são, nesta perspectiva de Gros (2018), ‘a covardia e a preguiça’, mas são aqueles vocábulos que exprimem a complexidade que se impõe ao sujeito inevitavelmente inscrito nas relações de poder (FOUCAULT, 1989): sujeitos que se *submetem* para viver, que se *subordinam* crendo na sua inferioridade ou infantilidade, que se *conformam* por um hábito reforçado pelo seguidismo, que *consentem* porque uma vez aceitaram a imposição das leis.

Para além desse quadrilátero das (des)obediências, Gros (2018), ecoando Foucault (2010) em seu chamamento a uma ‘atitude crítica’, que consiste em não ser governado, ou não ser governado *assim*, reúne a obrigação ética, a dissidência cívica e a responsabilidade sem limites para, em um processo de subjetivação, vir a encontrar o sujeito da responsabilidade. Entretanto, as “experiências da responsabilidade, como são imperiosas suscitam imediatamente estratégias de desvio. E é aí que surge a tentação da obediência, e, de modo mais geral, a tentação de apelar para os outros.” (GROS, 2018, p.193).

Nem só de servidão, de covardia ou de preguiça vive o homem. A filosofia busca o cerne do sujeito em uma ética de si, de um si indelegável, insuportavelmente indelegável. E não se trata de um si egoísta, de um si narcisista, jamais proposto nas reflexões de M. Foucault ou de F. Gros. Há uma obrigação ética consigo mesmo, mas também em caixas ressonantes que em uma ‘covibração de sis’ torna a insubmissão coletiva um movimento histórico real e consistente. A dupla negação do ‘eu não posso não fazer isso’, leva à ação. “Desobedecer é, portanto, supremamente, obedecer. Obedecer a si próprio” (GROS, 2018, p.214), ciente de ter adquirido a “[...] experiência da impossibilidade de delegar a outros o cuidado do mundo” (p. 184).

### 4 AS NOVAS SENSIBILIDADES REGENDO OS DISCURSOS E AS (DES)OBEDIÊNCIAS

A exposição das razões da obediência, dos deslocamentos de seu funcionamento, das formas estilísticas de sua ocorrência revelaram-nos que a obediência não se constitui sem as formas de desobediência materializadas em rebeliões, sabotagens, resistências, transgressões. Esses diversos termos reúnem, de forma genérica, as insurreições, as lutas contra os procedimentos de governamentalidade, também denominadas contracondutas.

Estudiosos de M. Foucault (CASTRO, 2009; REVEL, 2005; MUCHAIL, 2017) apontam que, em seus estudos, o filósofo evita o conceito de revolução em favor da concepção de ‘revolta’: “revolução supõe que a luta se faça como ‘totalidade’ ou como ‘ruptura

abrupta' ao passo que 'a oposição ao poder tem, antes, a forma da resistência das lutas múltiplas, não da revolução'" (CASTRO, 2009 p. 387-388; MUCHAIL, 2017, p.181). Por essa razão interessa-nos mais compreender as lutas antiautoritárias, as formas de contracondutas, apostando em possíveis arranjos de formas de governamentalidade, da arte de governar, de diferentes práticas de poder e não em lutas que se exibam por sua totalidade. Nesta perspectiva, a saída da menoridade é uma atitude crítica que não mostra exatamente que não se quer ser governado, mas que não se quer ser governado "[...] *assim*, por estas pessoas, em nome destes princípios, em vista de tais objetivos e por meio de tais procedimentos, não *assim*, não por isto, não por estes" (FOUCAULT, 2015, p. 37). Essas discussões levam a uma compreensão de que obedecer não vem a ser imediatamente um problema, se essa obediência corresponder a uma obediência a si mesmo, se for resultante de uma atitude crítica.

Consideremos, portanto, que as formas de contracondutas são associadas a experiências alteradoras e transformadoras (LAVAL, 2019). Tais experiências individuais ou coletivas são sustentadas pelos saberes, pelas instituições, e nos dispositivos, e o questionamento a essas experiências é que leva à compreensão da identidade e da diferença e conseqüentemente à possibilidade de práticas de liberdade. "Não há 'máquinas' liberadoras, assim como não há leis e instituições que seriam funcional e automaticamente liberadoras [...] porque a liberdade é da ordem da experiência ou da prática. Como o poder, o que chamamos de liberdade 'é o que deve ser exercido'." (LAVAL, 2019, p. 117).

As experiências transformadoras não existem independentes do exercício do sujeito, de suas práticas de subjetivação, e por sua vez, essas experiências estão articuladas à noção de espiritualidade, conforme empregada em Foucault, no Curso *A Hermenêutica do Sujeito* – 1981-1982:

[...] "espiritualidade" [é] o conjunto de buscas, práticas e experiências tais como as purificações, as ascetes, as renúncias, as conversões do olhar, as modificações de existência, etc., que constituem, não para o conhecimento, mas para o sujeito, para o ser mesmo do sujeito, o preço a pagar para ter acesso à verdade. (FOUCAULT, 2004, p. 19)

Essa definição vincula-se à discussão feita por Foucault (2004) sobre as práticas de histórias do Ocidente, para as quais aponta uma passagem do *Cuidado de Si*, da Antiguidade Greco-romana para o *Conhece-te a ti mesmo*, do sujeito Moderno. Para ter acesso à verdade de si, o sujeito da Antiguidade praticava exercícios espirituais, para o aperfeiçoamento do corpo e da alma. Para a espiritualidade "um ato de conhecimento, em si mesmo, jamais conseguiria dar acesso à verdade se não fosse preparado, acompanhado, duplicado, consumado por certa transformação do sujeito, não do indivíduo, mas do próprio sujeito no seu ser de sujeito." (Idem, p. 21). O sujeito Moderno, imbuído do conhecimento científico, filosófico, religioso apostou no conhecimento como fonte de acesso à verdade (*Conhece-te a ti mesmo*), e não mais no trabalho do sujeito sobre si (o *Cuidado de si*). De forma geral, o sujeito moderno caracteriza-se por pautar-se nos discursos legitimados, nos discursos das verdades históricas e não se propõe a uma reflexão transformadora.

A compreensão das relações de saber articuladas às de poder é a fonte que faz Foucault propor as reflexões genealógicas, nas quais se questionam as evidências e se problematizam as verdades. Na filosofia moderna, Foucault abre um espaço para se pensar novas formas de subjetividade, novas formas de nos constituirmos como sujeitos, espaço para retornar ao exercício da espiritualidade.

Quando falo de espiritualidade não falo de religião. [...] Eu penso que [a espiritualidade] é esta prática pela qual o homem é deslocado, transformado, abalado, até à renúncia de sua própria individualidade, à sua própria posição de sujeito. (FOUCAULT, caixa 50, dossiê 12-13, p. 5 *apud* GALANTIN, 2019, p. 161)

Se a espiritualidade pode ser para nós uma ação transformadora, perguntamo-nos: quais são os exercícios da contemporaneidade que poderiam levar à transformação de nós mesmos? Poderiam ser ainda as meditações, as anotações como na Antiguidade? Entretanto, como é no trabalho do sujeito e não do indivíduo que apostamos, são as novas sensibilidades que poderiam nos reger.

Em um cuidadoso estudo sobre a possibilidade de se estabelecer um vínculo entre espiritualidade, crítica e experiência em M. Foucault, Galantin (2019) propõe que as três noções referem-se a um processo de questionamento da subjetividade mediante a

normatividade social: “não podemos dizer que inicialmente Foucault nos apresenta um sujeito que é formado, e depois, por algum ato de liberdade fundamental, ele se volta sobre si mesmo e se desassujeita para passar a formar a si mesmo.” (Idem, p. 166). O complexo termo ‘desassujeitamento’ não significa a existência de um sujeito sem sujeição, mas a característica sempre móvel e instável desse sujeito continuamente exposto a uma multiplicidade de normas sociais: “[...] significa que nunca habitaremos perfeitamente uma forma de subjetividade, pois sempre há falhas, fissuras, inadequações, mal-estares de toda ordem” (GALANTIN, 2019, p. 166).

A desobediência ou a obediência refletida nesta condição da busca do sujeito pela verdade parece refletir a saída do sujeito dele mesmo, atuando com sua atitude crítica no balanço da dinâmica social, questionando os limites da normatividade social. Compreendemos, portanto, que a saída de um dado estado de sujeito não se separa de uma história de possibilidade de transformação que exige não só uma ação sobre si mesmo, mas também uma ação sobre o mundo. Por essa razão vemos uma articulação entre a noção de espiritualidade e a de sensibilidade.

Consideramos que os discursos se atualizam diante das sensibilidades dos sujeitos sobre as condições da sociedade – discursos contra o racismo, a misoginia, o sexismo – e que em movimentos uníssonos conduzem a insurgências. A aposta que fazemos é que a novas sensibilidades levem às insurgências e as insurgências levem a novas sensibilidades. Ainda que as insurgências já sejam visíveis e estejam em ação (Vidas negras/pretas importam, Ele não), essa talvez possa ser uma aposta frágil, já que sabemos que os dispositivos, conforme Foucault (1989), compreendem uma rede, mas também logo são tomados por um preenchimento estratégico, que pode conduzir a uma obediência cega. Entretanto, insistimos nesta relação entre a experiência, a espiritualidade (como técnicas de si) e a elas somamos o papel das novas sensibilidades como motor das práticas de liberdade na sociedade contemporânea. Os artigos que compõem este dossiê talvez possam nos iluminar nesta direção.

Portanto, na esteira dessas discussões, este dossiê sobre a temática *Obedecer e Insurgir* reúne seis artigos, um ensaio e a resenha de um livro. Neles será possível ler análises que mostram esses deslocamentos das (des)obediências como formas de práticas de liberdade.

O artigo de **Amanda Braga** (UFPB), intitulado *O que há de mais profundo no homem é a pele: uma estilística da (des)obediência no acontecimento George Floyd*, expõe e analisa a força do acontecimento George Floyd, que insurgiu em confronto à passividade e a obediência mantenedoras da violência racial, historicamente presente na estrutura social. Estabelecendo uma articulação entre a estilística da (des)obediência, conforme discutida por Frédéric Gros, em *Desobedecer* e a *Microfísica do poder* de Michel Foucault, a autora analisa três enunciados nos quais as formas de obediência e de resistência apresentam-se em um quadro instável, que ora revelam a obediência cega, submissa, subordinada, ora a resistência pautada no exercício crítico e ético dos sujeitos.

No artigo *Reflexões semióticas sobre as responsabilidades na pandemia da covid-19*, **Oriana de Nadai Fulaneti** (UFPB) analisa algumas campanhas de prevenção à Covid-19 produzidas e veiculadas em 2020 no Brasil, tendo como objetivo investigar a concepção de responsabilidade presente nos textos estudados. Teoricamente recorre à semiótica francesa e apoia-se nas categorias de responsabilidade propostas pelo filósofo francês Frédéric Gros (2018). Considera as quatro categorias de responsabilidade sem limites – integral, infinita, absoluta e global – e analisa a presença e as consequências, sobretudo das responsabilidades absoluta e global, na condução da sociedade. Com isso expõe como as formas de convocação do sujeito em campanhas refletem em suas atuações na sociedade.

**Maria Marta Martins** (PG-UFG) e **Kátia Menezes de Sousa** (UFG), no artigo *O dispositivo de menoridade e o governo das condutas*, lançam o olhar para o dispositivo de menoridade em funcionamento na sociedade de controle brasileira. Analisam inicialmente a existência de técnicas de infantilização, que definem a dependência e a obediência da criança, mas logo observam que o alcance dessas técnicas se estende à população, expondo uma tecnologia de poder que define quem é quem n’O governo de si e dos outros. As autoras notam, entretanto, que no mesmo espaço onde se opera a menoridade política e moral, cabem também a experiência alteradora e diferentes formas de insurreição. O acontecimento dado pelo fechamento, em setembro de 2017, da exposição de arte Queermuseu - Cartografias da Diferença na Arte Brasileira e os enunciados decorrentes do confronto que esse

fato lançou na sociedade são tomados para a reflexão de ‘quem somos nós na atualidade’ e a possibilidade de se considerar a experiência do pensamento como porta de saída do estado de menoridade.

No artigo *Práticas discursivas de desobediência e seu valor de acontecimento nas relações de poder*, **Pedro Navarro** (UEM) e **Cássio Henrique Ceniz** (PG-UEM) discutem o dispositivo da dominação masculina. Questionam se haveria condições de possibilidade do exercício de práticas discursivas de desobediência que possam se constituir como formas de resistência ao medo, à hostilidade e à aversão ao que é diferente. Para responder a tal inquietação, desenvolvem uma reflexão sobre os dispositivos de poder e pontuam a heteronormatividade e a virilidade como desencadeadores de movimentos discursivos de desobediência e formas de resistência à dominação masculina. Para análise reúnem um importante arquivo de discursos desobedientes, cujos enunciados organizam-se em práticas discursivas de desobediência pela língua e pela linguagem, em especial analisadas em mídias sociais que proponham outras formas de masculinidades possíveis. Para tal analisam as páginas “Ressignificando masculinidades” e “Rede Brasil de masculinidades”, dentre outras.

Em artigo intitulado *A PrEP, o HIV e as táticas de tecnobidesobediência*, **Atilio Butturi Junior** (UFSC) e **Nathalia Müller Camozzato** (PG-UFSC) têm o propósito de problematizar como o dispositivo crônico da AIDS comporta táticas, que os autores nomeiam de tecnobidesobediência, reguladas pela articulação de tecnologias, de um regime farmacopolítico e de modos de controle do corpo. Desencadeado pelas reflexões de Frédéric Gros em *Desobedecer*, e expondo como se faz necessário revelar outras camadas das formas de compreensão da (des)obediência, o artigo conduz-nos a ponderar como a (des)obediência não se dá em um corpo anódino, ausente de subjetividade e fora de uma economia farmacopornográfica. Elegendo para corpus de análise enunciados sobre a Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) e as práticas de PrEP sob demanda, os autores expõem o discurso ambíguo presente entre a oferta de uma prevenção eficaz promovida pelo uso de um fármaco e a suposta oferta de uma promiscuidade e risco que o fármaco promoveria. Evidencia-se, portanto, que é sobre um corpo discursivizado e (des)obediente que emerge e avalia-se a oferta e modos de uso da PrEP e da PrEP sob demanda, expondo, consequentemente, as hierarquias das sexualidades no Brasil.

No artigo *Women’s subordination and their right to resist*, a filósofa e pesquisadora **Eduarda Calado** (IIF/SADAF/CONICET-Argentina) propõe-se a estabelecer um diálogo entre as noções de paternalismo e de subordinação conforme discutidas por F. Gros e as reflexões derivadas da filosofia feminista da linguagem. A autora desenvolve análise que mostra como a toxidade do discurso sexista – expresso por palavras depreciativas dirigidas às mulheres – podem ser resignificadas por estratégias de contradiscurso. De modo a indignar-se, expõe didaticamente em sua análise que é sob o princípio geral de que alguns têm o dever de governar para proteger e outros têm o dever de agradecer a proteção que se sustenta o paternalismo e a sequente subordinação das mulheres.

Em um ensaio, intitulado *A democracia na era completamente digital: questões em torno de autômatos desobedientes*, os professores **Salim Mokaddem** (Universidade de Montpellier/França) e **Avelino Aldo de Lima Neto** (IFRN) problematizam os riscos democráticos de se viver em tempos em que se é tão refém das tecnologias e os desafios do pensar desobediente nas democracias contemporâneas. Metaforizadas e argumentadas pelas imagens de uma videodança, denominada Autômata (2020), as discussões sobre a as formas de obedecer e a saída da menoridade são apresentadas pela personagem, que luta entre o desejo de liberdade e a automatização dos gestos. Um ensaio, enfim, que provoca reflexões sobre a obediência na atualidade.

O dossiê conta ainda com a resenha do recém lançado livro *Por uma microfísica das resistências: Michel Foucault e as lutas antiautoritárias da contemporaneidade*, organizado por Amanda Braga e Israel de Sá. Escrita pelos professores e pesquisadores **Maria Carolina Xavier da Costa** (IFRN), **Nátalia Conceição Silva Barros Cavalcanti** (IFRN) e **Thiago José Ferreira de Sousa** (IFPB), a resenha revela a diversidade de artigos que no campo teórico, político, social e artístico problematizam a irrupção de resistências contra as lutas autoritárias. Revelam o livro como uma indicação de leitura incontornável.

## REFERÊNCIAS

- CASTRO, E. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Tradução Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- FOUCAULT, M. Aula de 25 de janeiro de 1978. In: FOUCAULT, M. *Segurança, Território, População*. Curso do Collège de France, ano 1977-1978. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008,
- FOUCAULT, M. *O governo de si e dos Outros: curso no Collège de France (1982-1983)*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- FOUCAULT, M. *Qu'est-ce que la critique?* Paris: Vrin, 2015
- GALANTIN, D. V. Experiência, espiritualidade e práticas de liberdade em Foucault. In: BUTTURI JUNIOR, A. et al. (org.). *Foucault e as práticas de liberdade II: topologias políticas e heterologias*. Campinas, SP: Pontes, 2019. p.159-173.
- GROS, F. *Desobedecer*. São Paulo: Ubu Editora, 2018.
- LA BOÉTIE, É. *Discurso da servidão voluntária*. Tradução Laymert Garcia dos Santos. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- LAVAL, C. Foucault e a experiência utópica. In: FOUCAULT, M. *O enigma da revolta: entrevistas inéditas sobre a Revolução Iraniana*. São Paulo: N-1 Edições, 2019. p. 103-142.
- MUCHAIL, Salma Tannus. Insurreições espirituais. In: RAGO, M. e GALLO, S. (org.) *Michel Foucault e as Insurreições. É inútil revoltar-se?* São Paulo: CNPq, Capes, Fapesp, Intermeios, 2017.
- REVEL, J. *Foucault: conceitos essenciais*. Trad. Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez e Carlos Piovezani. São Carlos: Claraluz, 2005.



Recebido em 09/04/2021. Aceito em 12/04/2021.